

## Proposta força corrupto a devolver dinheiro corrigido

Emenda aprovada pela CCJ estabelece que administrador condenado por corrupção só terá benefício de progressão da pena após a devolução dos valores subtraídos dos cofres públicos, devidamente atualizados



Waldemir Rodrigues

Para que possa usufruir do benefício da progressão da pena, o administrador condenado por corrupção terá que devolver, devidamente corrigidos, os valores retirados dos cofres públicos. É o que prevê emenda oferecida pela Câmara a projeto do Senado e acatada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto resultou dos trabalhos da Comissão Mista de Segurança Pública, formada em 2002 para apresentar propostas de combate à criminalidade.

**CERCO À CORRUPÇÃO** CCJ aprova emenda da Câmara que visa aumentar chances de recuperação de dinheiro desviado dos cofres públicos

Página 3

### Acusado revela esquema para aliciar menores

Em depoimento ontem à CPI da Exploração Sexual, o garçom e suplente de vereador Valter Mafra forneceu detalhes sobre o aliciamento e realização de orgias sexuais com menores em Porto Ferreira (SP). Ele negou ser o líder do esquema, mas admitiu que participou dos encontros e recolheu dinheiro para pagamento das despesas.

Página 8



Márcia Kallume

**INFORMAÇÕES** Integrantes da CPI, como Ideli Salvatti e Antero Paes de Barros, vão analisar formas de aumentar o ritmo da apuração e cruzar dados obtidos nos EUA com os levantados no Brasil

### CPI do Banestado quer acelerar investigação

Página 8

### Homenagem a Roberto Marinho

O Senado homenageou ontem a memória do jornalista Roberto Marinho, falecido no mês passado. Diversos senadores destacaram a obra do fundador da Rede Globo.

Página 6



## Sugestões da sociedade são arquivadas

A Comissão de Legislação Participativa aprovou, em reunião realizada ontem, 15 pareceres solicitando o arquivamento de sugestões para mudar a atual legislação, apresentadas por associações comunitárias, conselhos, universidades e sindicatos. Entre as sugestões que serão arquivadas se destaca a proposta que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir título de eleitor em suas agências.

Também foram aprovados pareceres pelo arquivamento de sugestões de regulamentação da profissão de detetive; de criação de subcomissão permanente das rodovias federais; e de modificações na lei sobre juizados especiais.

## Palestra enfoca modernização dos legislativos

O "Ciclo de Conferências 2003" da Secretaria Especial de Informática (SEI) teve prosseguimento ontem com a palestra "Da gestão da informação à gestão do conhecimento – Uma abordagem para a modernização dos legislativos", proferida por Armando Roberto Cerchi Nascimento, servidor do Prodesen e mestre em Computação.

Apoiada pelo Interlegis, a palestra foi a primeira da Secretaria de Informação e Documentação no ciclo de conferências da SEI e contou com a participação do 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e de diretores da Casa. O evento foi transmitido por videoconferência para assembleias legislativas e câmaras municipais.

# Agenda

## MP dos medicamentos tranca a pauta do Plenário

Ainda não houve acordo entre os partidos para a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 23/03, que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos e define normas para o setor

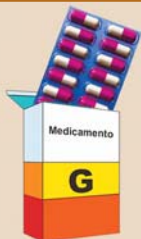
farmacêutico. A medida deve ser votada na próxima terça-feira. A sessão de hoje, a partir das 14h30, e de amanhã, às 9h, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares.

## Sarney recebe ministros e o vice-presidente da República

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 9h30, o ministro da Defesa, José Viegas; às 10h, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; e,

às 10h15, o embaixador Luiz Felipe Lampreia. Às 12h, Sarney recebe o senador Paulo Paim (PT-RS) e membros da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública;

às 14h15, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o presidente da Confederação de Municípios; e, às 14h25, o vice-presidente da República, José Alencar.



## CAS pode realizar audiência sobre genéricos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje, às 10h, para votar requerimento para realização de audiência com o médico Adib Jatene sobre medicamentos genéricos.

A Subcomissão do Idoso também se reúne hoje, às 14h30, para lançamento do programa Cidade Amiga da Terceira Idade, que premiará municípios que tenham políticas para esse segmento.

## Ministro da Defesa fala sobre acidente em Alcântara

As Comissões de Relações Exteriores (CRE), de Educação (CE) e de Fiscalização e Controle (CFC) fazem reunião conjunta hoje, às 10h, para debater as circunstâncias da explosão na Base de Lançamento de Alcântara (MA). A audiência, em caráter reservado,

contará com a presença do ministro da Defesa, José Viegas Filho, do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, do responsável pela investigação do acidente, Marco Antônio do Nascimento, e do presidente da Agência Espacial Brasileira, Luiz Beviláqua.



## Aproveitamento do Rio Madeira

Presidida por Jefferson Péres (PDT-AM), a Subcomissão da Amazônia tem hoje reunião, às 9h30, para votar requerimento do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) propondo audiência pública para discutir o aproveitamento hidroenergético e fluvial do Rio Madeira e a construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, ambos em Rondônia e com impactos sobre toda a Amazônia.

## Aviação regional em debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Subcomissão de Turismo promovem hoje, às 10h, audiência sobre a situação da aviação regional no país, com a presença de Carlos Wilson, presidente da Infraero, Alfredo Maister, da Associação das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e de Washington Campos Machado, do Departamento de Aviação Civil.

## Comissão do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne hoje em Esteio (RS), em sessão conjunta com a Comissão do Mercosul da Assembleia Legislativa gaúcha, atendendo a requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A Comissão Mista de Orçamento (CMO) também tem reunião às 10h, para votar avisos do Tribunal de Contas da União.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## João Alberto quer recuperação de barragem

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) solicitou ao governo federal uma ação imediata de recuperação da barragem do Rio Pericumã, no Maranhão. Ele informou que a barragem, durante seus 25 anos de existência, não contou com qualquer trabalho de conservação.



**Erosão ameaça barragem, alerta João Alberto**

– Apelo ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério da Agricultura e ao ministro do programa Fome Zero, pedindo ação imediata para que essa estrutura não seja anulada pelo abandono – enfatizou o senador.

A barragem, segundo informou, beneficia a população pobre de quatro municípios da baixada maranhense. “A imponente estrutura de concreto e aço foi acumulando desgastes que hoje comprometem sua permanência”, observou. Chuvas torrenciais, enchentes, ventos fortes e tráfego constante abriram ameaçadores pontos de erosão, alerta o senador.

## Papaléo repudia ameaça contra o Paysandu

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) repeliu a ameaça do presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Luiz Zveiter, de rebaixar o Paysandu Sport Club, do estado do Pará, para a segunda divisão do futebol.

De acordo com o senador, a ameaça é decorrente do processo movido no STJD pelo presidente da Federação de Futebol do Pará contra Arthur Tourinho, presidente do clube, que é acusado de ofender o dirigente da federação.

Afastado de seu cargo por 120 dias pelo STJD, Tourinho obteve liminar na Justiça comum que garante sua permanência à frente do clube. O apelo à Justiça motivou a ameaça de Zveiter. Papaléo classificou de arbitrária a postura do presidente do STJD.

– Se não fosse o Paysandu um clube do Norte do Brasil haveria essa ameaça? – questiona.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

# CCJ aprova emenda para combater corrupção



**AMPLIAÇÃO** César Borges (E) propôs extensão dos benefícios do projeto a todas as corporações policiais

## Financiamento de casa própria pode reservar cota para policiais

A Caixa Econômica Federal poderá destinar pelo menos 10% dos financiamentos concedidos para aquisição de casa própria a integrantes das forças policiais militar, civil, federal e rodoviária federal e dos corpos de bombeiros militares. A iniciativa está prevista em proje-

to do ex-senador Carlos Wilson, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo voto do relator, César Borges (PFL-BA).

O texto original garantia recursos para aquisição da casa própria somente aos integran-

tes das polícias militar e civil. César Borges preferiu, entretanto, estender o benefício às demais corporações, por questão de justiça e equidade. O Projeto nº 12/2002 segue agora para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

## Comissão promove debates sobre Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai realizar uma série de audiências públicas destinadas a debater a reforma previdenciária. Na próxima semana, a comissão irá discutir o cronograma das reuniões e votar os nomes que deverão ser convidados.

O relator da reforma no Sena-

do, Tião Viana (PT-AC), chegou a apresentar ontem requerimento convidando o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, e dirigentes sindicais para abrirem a série de reuniões. Mas o líder da minoria, Efraim Morais (PFL-PB), foi contra a aprovação do requerimento "a toque de caixa". Ele sugeriu que a lista dos convidados

deveria ser apreciada por todas as lideranças.

Viana salientou que a intenção do PT não era manipular a lista de convidados, mas sim agilizar a realização dos debates na CCJ, única comissão em que a reforma será discutida. Para ele, todos os segmentos de opinião devem se manifestar sobre o assunto.

■ Condenado só terá progressão da pena se devolver dinheiro subtraído dos cofres públicos

A devolução dos valores subtraídos dos cofres públicos, devidamente corrigidos, será condição para que o administrador condenado por corrupção possa usufruir do benefício da progressão da pena – aquele em que o preso passa do regime fechado para o semi-aberto e depois para a liberdade condicional. É o que prevê emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 116/2002 acatada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por meio do parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

A emenda oferecida pela Câmara recomenda o remanejamento do dispositivo para novo parágrafo do Código Penal, diferentemente da posição sugerida pelo texto original. O projeto do Senado, apresentado pela Comissão Mista de Segurança Pública, também elevou para até 12 anos a pena de reclusão para os corruptos. A legislação atual estabelece o limite de oito anos de prisão. A emenda, que não tem caráter terminativo na Comissão de Justiça, ainda será avaliada pelo Plenário do Senado.

A CCJ decidiu retirar da pauta da reunião as emendas de Plenário oferecidas à Proposta de Emenda Constitucional nº



**MAIS RIGOR** Juvêncio deu parecer favorável à emenda que dificulta situação do corrupto

49/2001, que trata da modificação de operações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativas a petróleo e energia elétrica. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) solicitou a retirada da matéria observando que a proposta visa alterar tratamento tributário, que é objeto, no momento, de uma proposta de reforma apresentada pelo governo federal. Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP) concordaram com ele.

Os senadores ainda decidiram adiar a apreciação do Projeto da Câmara nº 77/2002, que regulamenta o exercício das atividades profissionais de ioga e cria os conselhos federal e regionais de ioga. O relator, Juvêncio da Fonseca, deu parecer favorável, mas a bancada governista, por seu líder, Aloizio Mercadante, pediu mais tempo para examinar a matéria.

## Fim do Provão será um retrocesso, afirma José Jorge

Ao comentar notícia divulgada ontem em diversos jornais informando a intenção do governo de acabar com o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, teste feito anualmente entre os universitários para avaliar a situação das instituições de ensino superior, o senador José Jorge (PFL-PE) considerou a medida um retrocesso. Ele antecipou que apresentará requerimento convocando o ministro da Educação, Cristovam Buarque, para dar explicações sobre o assunto na Comissão de Educação do Senado.

– A cultura da avaliação das

instituições de ensino superior é muito importante, apesar de ainda incipiente. A educação no Brasil está atingindo um nível quantitativo melhor, embora ainda qualitativamente baixo. Sem avaliação, dificilmente esse quadro vai melhorar. Peço aos senadores e a toda a sociedade que se mobilizem para que o Provão não acabe. Concordo que seja aprimorado, melhorado, mas que continue como parte indispensável do processo de avaliação das universidades – disse José Jorge em seu pronunciamento.

A proposta do governo é que o Provão, a partir do próximo

ano, deixe de ser obrigatório para todos os alunos formandos, passe a ser feito por amostragem e a constar como apenas um dos itens da avaliação das instituições de ensino. A classificação por notas também deverá ser abandonada. As mudanças integram a proposta de criação do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), elaborada por uma comissão especial constituída pelo Ministério da Educação.

O foco do Sinaes, segundo José Jorge, deixará de ser o aluno e passará a ser a instituição. O governo pretende, inicialmente, que seja realizada uma

auto-avaliação por alunos, professores e funcionários. Em seguida, a instituição passaria por uma análise externa, realizada por um órgão a ser criado pelo Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A este órgão também caberia elaborar parecer sobre cada instituição, cujas informações subsidiariam um dossiê divulgado pela Internet.

José Jorge lembrou que o Provão não é o único sistema de avaliação existente hoje para as instituições de ensino superior. Ele destacou que existe também o trabalho feito pela Co-



**EXPLICAÇÕES** José Jorge pretende convocar ministro para esclarecer proposta

ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que leva em conta indicadores de natureza qualitativa de cada universidade, como capacidade da biblioteca, instalações, além do número de professores com mestrado e doutorado.

# Rosinha quer aumento do *royalty* sobre o petróleo

Medida seria uma forma de compensar o estado do Rio de Janeiro pela perda na arrecadação de ICMS

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, pediu ontem, durante audiência na Subcomissão da Dívida Pública, presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), mudanças nos *royalties* do petróleo. Ela propõe que os recursos incidentes sobre o acréscimo da produção a partir do próximo ano sejam repassados apenas

para estados e municípios, excluindo a União. Com isso, explicou, a União nada perderia, já que a distribuição atual seria mantida e as mudanças valeriam apenas para o acréscimo da produção. Essa é a principal proposta para a reforma tributária.

Isso seria, conforme o secretário de Finanças, Mário Tinoco, uma forma de compensar as perdas que o estado vem enfrentando há muito tempo com o conceito de origem e destino na tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– Já que a alíquota interesta-

dual está decrescendo gradativamente para 4%, o petróleo deveria ter a gradação inversa: crescendo de zero para 4%.

Rosinha lembrou que o estado do Rio de Janeiro só fica com 22,5% dos *royalties* porque produz petróleo nas plataformas marítimas, enquanto estados que produzem em terra recebem 56,5%.

Em resposta ao senador Marcelo Crivella (PL-RJ), Rosinha Matheus argumentou que o governo estadual não precisaria taxar os inativos do serviço público se fosse adotada a compensação relacionada aos *royalties* do petróleo.



APERTO César Borges e Suassuna (D) ouvem exposição de Rosinha Matheus sobre crise financeira do Rio



ENTENDIMENTO Na companhia de Renan (E), governadores levaram a Sarney pleitos para possível acordo sobre a proposta tributária

## Governadores discutem reforma com José Sarney

Com o objetivo de expor os termos de um possível entendimento a respeito da proposta de reforma tributária, em tramitação na Câmara, seis governadores – Cássio Cunha Lima (PB), Roberto Requião (PR), José Reinaldo (MA), João Alves (SE), Flamarion Portela (RR) e Wellington Dias (PI) – estiveram na manhã de ontem, juntamente com o vice-governador de Alagoas, Luiz Abílio, no gabinete do presidente do Senado, José Sarney.

Segundo o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), que também participou da reunião, o Senado não faz restrições a que se ampliem as negociações sobre o texto que ainda está na Câmara, embora esteja mantida a posição dos senadores, como representantes dos estados e da Federação, de não abrir mão do exame em profundidade da matéria.

– Não há problema em se avançar na Câmara, queremos ajudar a acertar uma fórmula para avançar – disse Renan.

### Transparência

O presidente do Senado recebeu o professor Stéphane Monclaire, titular de Ciência Política da Universidade de Sorbonne, em Paris, e estudioso do processo eleitoral e da evolução das instituições brasileiras. O professor elogiou as iniciativas do Senado para garantir a transparência das atividades legislativas, citando a atuação da TV Senado, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Interlegis.

Sarney também recebeu ontem o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, que veio convidá-lo para proferir palestra a respeito do novo momento vivido pelo Brasil.

## Virgílio critica anulação de MP por outra

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “cometeu uma violência contra o Congresso” ao editar, na última terça-feira, uma medida provisória (MP nº 128/2003) para anular outra medida provisória, no caso, a MP 124/2003, que tratava da Agência Nacional de Águas (ANA) e criava 600 cargos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

– O objetivo do governo foi claro. A Medida Provisória 124 estava trancando a pauta da Câmara e o governo queria a qualquer custo desobstruí-la, para que a reforma tributária

pudesse ser votada.

Virgílio informou que uma comissão de líderes do PSDB e PFL decidiu questionar em uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) a decisão do presidente.

– Cumpru-se a vontade imperial do presidente da República. Assim, o presidente transforma o Congresso em um mero departamento do Executivo. O presidente desqualifica e humilha o Legislativo.

Em apartes, o líder do PDT, Jefferson Péres (AM), concordou que, se a MP 124 podia ser retirada, não atendia ao princípio da urgência. Alvaro Dias (PSDB-PR) qualificou o ato do governo como “desapreço ao Congresso”. O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que “o Congresso foi ultrajado”. E Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) indagou: “Com que cara o



AVALIAÇÃO Virgílio afirma que ato do presidente da República humilha o Congresso Nacional

Congresso depois vai discutir e votar a medida provisória da ANA quando o presidente reeditá-la?

Já Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que “a oposição está sem rumos” e “generaliza qualquer problema” localizado que a imprensa aborda.

## Agripino rebate artigo de Mercadante

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), rebateu da tribuna artigo do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), intitulado “A derrama do PFL”.

No artigo publicado terça-feira pela *Folha de S. Paulo*, Mercadante afirma que o PFL não teria sido alertado por seus líderes de que “governar não é aumentar impostos” e que a “política econômica não se faz sobrecarregando a produção e a renda dos trabalhadores”, e que o partido foi co-responsável, no governo anterior, por aumento brutal da carga tributária.

Para Agripino, o partido de



RESPOSTA Para José Agripino, PT é responsável direto por aumento da carga tributária

Aloizio Mercadante é que deveria levar em conta esses lemas, pois está sendo não co-responsável, mas responsável direto pelo aumento de tributos, como a proposta de reforma tributária do governo em tramitação na Câmara dos Deputados o comprovaria.



**DEMONSTRAÇÃO** Mercadante lembrou pesquisa que deu ao governo o apoio de 45% da população, "o maior de toda a história"

## Mercadante condena o discurso catastrofista

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, pediu ontem o fim do "discurso catastrofista" por parte da oposição. Ele assinalou que os resultados econômicos do governo diminuíram a retórica oposicionista nesse campo, mas o discurso reapareceu em relação às indicações do governo para cargos de confiança.

— O discurso catastrofista não ajuda ao debate qualificado. É papel da oposição identificar o erro e estaremos sempre abertos a identificar problemas e buscar soluções — afirmou o líder do governo.

O parlamentar disse que diminuiu a "retórica catastrofista" dos parlamentares oposicionistas devido às conquistas do atual governo referentes à queda dos juros, à diminuição de US\$ 7 bilhões na dívida atrelada à moeda estrangeira, à queda global da dívida pública, ao superávit comercial recorde e ao recorde na balança comercial. Isso permitiu, segundo o senador, o aumento do apoio da população ao governo, atestado em manchete na edição do jornal *Folha de S. Paulo* no

último domingo. Os 45% de apoio anunciados no jornal conferem ao atual governo "o maior apoio popular de toda a história", assinalou.

### Nomeações

Para rebater as acusações de que o governo estaria priorizando as indicações políticas em detrimento de nomes técnicos, Mercadante citou realizações na área da saúde, como a implantação de 371 novas unidades de tratamento intensivo (UTIs); aumento de 5% nos procedimentos de hemodiálise; os R\$ 100 milhões para modernização e gestão, especialmente para os hospitais universitários; e a alteração no processo licitatório do Hemo-centro, que possibilitou economia de US\$ 20 milhões.

Para Mercadante, o governo continuará a combinar quadros técnicos com políticos, sem abrir mão de "desmontar alguns castelos" em algumas estruturas do poder público.

Em aparte, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que Mercadante demonstrava lealdade ao governo ao "defender o indefensável".

# Petistas também poderão emendar a Previdência

■ Decisão foi tomada após reunião da bancada. Paim anuncia que fará oito propostas de mudança

Os senadores do PT também poderão apresentar emendas à reforma da Previdência, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão foi tomada ontem, em reunião da bancada petista, e o senador Paulo Paim (RS) anunciou que pretende protocolar oito emendas na tarde de hoje.

Ficou acertado que os petistas podem apresentar as emendas e defendê-las, mas devem votar com o relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), caso o partido feche questão em torno do assunto. Com essa decisão, a liderança



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**ORIENTAÇÃO** Encontro decidiu que senadores deverão votar com o relator Tião Viana

do PT tenta evitar que se repita no Senado a rebelião dos parlamentares do PT na Câmara, que inicialmente tinham sido impedidos por suas lideranças de apresentar emendas. O PT conta com 14 senadores, estando um deles suspenso das reuniões da bancada — a senadora Heloísa Helena (AL).

As emendas que Paim pre-

tende apresentar, segundo o senador, são fruto não apenas de suas convicções mas também de propostas da Frente Parlamentar em Defesa de uma Previdência Pública e dos servidores públicos.

Paim já se manifestou contra a taxação de inativos com alíquota previdenciária de 11% e defende reajustes iguais entre servidores ativos e aposentados — o projeto aprovado na Câmara prevê "paridade parcial" entre ativos e quem vier a se aposentar após a reforma (desde que sejam servidores antes da promulgação).

O projeto da reforma recebeu mais 19 emendas de senadores ontem, elevando para 31 o seu total. Até agora, só duas foram apresentadas por um senador da base governista — Antonio Carlos Valadares (SE), do PSB. O maior número de emendas é do PSDB e do PFL.

## Para Valadares, estados e municípios devem fixar alíquotas de contribuição

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que apresentará uma emenda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à proposta de reforma da Previdência. A emenda transfere para as assembleias legislativas e câmaras de vereadores a responsabilidade de fixar alíquotas de contribuições de servidores dos estados, municípios e do Distrito Federal.

— A emenda vai traduzir os reclamos de muitos parlamentares, inclusive eu, que estão

assumindo responsabilidades que não deveriam ser nossas, mas que deveriam ser dos estados, das assembleias legislativas, dos governadores, dos municípios, dos prefeitos, dos vereadores — afirmou Valadares, que já comunicou sua decisão ao líder do PT, senador Tião Viana (AC), relator da proposta de reforma no Senado.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o Senado terá oportunidade de fazer um "debate proveitoso" sobre a reforma da Previdência.



**PROPOSTA** Valadares já avisou ao líder do PT sobre decisão de apresentar sua emenda na CCJ

## Sibá diz que Jamil Haddad é "vítima de ingratidão"

O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou ontem que o ex-ministro da Saúde Jamil Haddad tem sido "vítima de ingratidão". De acordo com o parlamentar, o ex-ministro foi apresentado à opinião pública "como um incompetente que entrou no Instituto Nacional do Câncer (Inca) para criar problemas".

— Da ilibada condição de administrador público do médico Jamil Haddad, consta que ele foi deputado estadual e federal, senador e ministro da Saúde. É, então, uma pessoa preparadíssima, à altura para administrar o instituto — declarou.

Sibá repudiou também as críticas que vêm sendo feitas ao ministro da Saúde, Humberto Costa, acusado de lotear os cargos no ministério.



## Ana Júlia vê tentativa de sabotar vontade popular

Uma CPI para apurar a nomeação dos cargos de confiança no governo federal teria caráter antidemocrático, avaliou ontem a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). "Procurar impedir que agora o governo ocupe os cargos com quadros que defendam e procurem aplicar as mudanças é uma forma de sabotar a vontade expressa nas urnas, que condenou a direção política do governo Fernando Henrique", afirmou Ana Júlia.

Segundo a senadora, 30% dos cargos nem sequer foram alterados e a ação da máquina pública foi diversificada, sem aumentar gastos com novos cargos.



## Ideli registra ato de apoio ao ministro da Saúde

O ato de apoio à gestão do ministro da Saúde, Humberto Costa, realizado ontem na Câmara dos Deputados, da qual participaram representantes de diversas entidades de profissionais, além de integrantes dos conselhos de secretários estaduais e municipais de saúde, foi uma manifestação inequívoca de apoio ao ministro, comentou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Para Ideli, a oposição tenta desestabilizar a gestão da saúde se utilizando de um problema pontual — a recente crise do Instituto Nacional do Câncer (Inca). A intenção por trás disso, sustentou a senadora, é atacar as políticas públicas do governo para o setor. "São interesses contrariados pela política do ministro", disse.



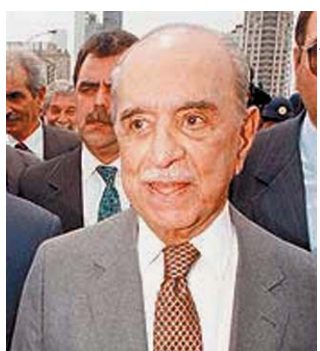


Waldemir Rodrigues

**TRIBUTO** Sarney, entre o empresário João Roberto Marinho (E) e o ministro Nelson Jobim, preside a sessão solene em homenagem ao fundador das Organizações Globo

# Senado homenageia Roberto Marinho

A contribuição prestada ao país no curso de várias décadas pelo jornalista Roberto Marinho foi destacada ontem, em pronunciamentos no Plenário, durante sessão solene em homenagem à memória do fundador das Organizações Globo, falecido recentemente. Estiveram presentes o filho do homenageado, João Roberto Marinho, vice-presidente do grupo de comunicação; o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal; diversos convidados e funcionários da empresa. A iniciativa da sessão foi do presidente da Casa, José Sarney, e de vários outros senadores.



Divulgação

A ausência de Roberto Marinho, afirmou Sarney, será preenchida por sua grande obra de comunicação, bem como pela fundação que leva o seu nome.

– Tive o privilégio de sua amizade e o gosto de sua convivência. Era um homem simples, educado e cordial, mas sobretudo um obstinado que, com coragem e espírito de bandeirante da comunicação, construiu um império de qualidade, hoje presente em mais de 100 países, honrando o Brasil, mostrando o que temos de melhor e mais significativo no jornalismo, nas artes e nas tradições culturais do povo.

## RENAN CALHEIROS



José Cruz

### Participação em importantes eventos do país

Para o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), Roberto Marinho foi responsável por “uma das mais emocionantes sagas do jornalismo brasileiro”. Ao construir as bases de um conglomerado de comunicação, teve participação destacada em quase todos os eventos importantes do século que passou e do início da presente década, observou.

Segundo Renan, Roberto Marinho deixou muitas lições de jornalismo, mas sobretudo da importância histórica da imprensa brasileira. Acima de tudo, registrou, o homenageado respeitava a todos, acima de divergências políticas. “Nos tempos difíceis da ditadura, abrigou e protegeu jornalistas e intelectuais perseguidos”, ressaltou.

## TASSO JEREISSATI

### Sabedoria e espírito empreendedor

Na opinião do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Roberto Marinho foi um exemplo de amor ao Brasil que já começa a fazer falta. “Em momentos de estagnação, sem originalidade ou ousadia como o atual, seria de fundamental importância poder contar com a sabedoria, o gênio intuitivo e o espírito empreendedor” do jornalista e empresário, disse.

– Ele enfrentou as dificuldades com altivez, não se detendo ante as diversas crises econômicas, ocasiões em que muitos se acautelariam; não mediu riscos ao investir em sua convicção de que o Brasil é muito maior que qualquer conjuntura ou circunstância – assinalou Jereissati, que também ressaltou atos de solidariedade do jornalista.



José Cruz

## ANTONIO CARLOS



Roosevelt Pinheiro

### Um homem de coragem como poucos

Amigo pessoal de Roberto Marinho, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) revelou que o homenageado marcou sua vida ao longo de 44 anos de amizade, durante os quais, ressaltou, jamais houve desentendimentos.

– Era um homem de coragem como poucos que conheci. Quando, na proclamação do AI-2, o ministro da Justiça disse aos diretores de jornais e revistas que eles precisavam despedir todos os esquerdistas das redações, Roberto Marinho afirmou, com serenidade, que, na redação de *O Globo*, os esquerdistas permaneceriam, pois “dos meus comunistas, cuido eu”. A afirmação mudou o clima da reunião e outros se seguiram em seu protesto – relatou.

## JEFFERSON PÉRES

### Líder capaz, inovador e mecenas

Em nome de seu partido, o PDT, o senador Jefferson Péres (AM) destacou em Roberto Marinho sua determinação, visão empresarial, espírito inovador e capacidade de liderança, que lhe asseguraram êxito em suas atividades jornalísticas, empresariais e de mecenas.

O senador lembrou que, na sua juventude de militante de esquerda, se irritava com Marinho e as posições do jornal *O Globo*, em especial os editoriais, por defenderem política contrária às suas convicções.

– Com o tempo, minha certeza se esgarçou, meu fervor ideológico arrefeceu, permitindo que pudesse admirar o capitão da indústria de comunicação por suas evidentes qualidades.



José Cruz

## DELCIDIO AMARAL



José Cruz

### Posição política sempre clara e coerente

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) salientou que Roberto Marinho sempre atuou como jornalista e homem de opinião, tendo mantido ao longo de sua vida uma posição clara e coerente.

– Foi ferrenho anticomunista e conservador em política – observou, ressaltando que Marinho era liberal em matéria de economia, ao manifestar-se a favor dos mecanismos de mercado, contra o protecionismo e defensor intransigente da integração brasileira à economia internacional.

Delcídio Amaral lembrou que o jornalista fez duras críticas ao capítulo econômico da Constituição de 1988, por se basear em concepções nacionalistas ultrapassadas e favorecer a autarquia do país.

## MERCADANTE

### Divergências do PT com a Globo já são pequenas

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou, durante a homenagem a Roberto Marinho, que ao longo do tempo tanto o PT quanto as Organizações Globo mudaram. Para o senador, diante do desafio mútuo de desenvolver o Brasil, as divergências de opinião entre o seu partido e a Globo, que já foram profundas, hoje são pequenas.

Segundo ele, por influência da sociedade, o PT mudou muito, e para melhor. Por motivos análogos, o complexo de comunicações Globo sofreu o mesmo processo, avançando na qualidade do diálogo com a sociedade, assinalou Mercadante, para quem a vitalidade de uma nação está na franqueza do diálogo entre correntes divergentes.



José Cruz



**INCOERÊNCIA** "Orçamento de 2004 não faz jus às urnas", observa Lúcia Vânia

## Área social terá menos recursos, diz Lúcia Vânia

A proposta de Orçamento para 2004 indica diminuição dos recursos destinados à área social, segundo afirmou ontem Lúcia Vânia (PSDB-GO). A senadora disse que os R\$ 42,3 bilhões destinados ao social representam 70,2% das despesas totais discricionárias (não considerados gastos com pessoal e juros da dívida), ressaltando que o orçamento da área deixado pelo governo Fernando Henrique para 2003 representava 72,4%. Lúcia Vânia sugeriu que o Senado convoque o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para explicar a redução.

– O país fez uma escolha pela prioridade social. O Orçamento de 2004 não faz jus ao que foi decidido nas urnas – afirmou.

O texto enviado pelo governo tem um defeito que a senadora considera ainda mais grave e que pode comprometer o financiamento da saúde. Segundo ela, ao vetar artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo permite que as despesas com encargos previdenciários e serviços da dívida possam ser levadas em consideração no cálculo dos gastos definidos pela Constituição como obrigatórios com o setor saúde.

– Da mesma forma, estados e municípios que deveriam aplicar 12% e 15%, respectivamente, em ações de saúde, poderão incluir despesas que não são de saúde – acrescentou.

# Alvaro Dias propõe medidas de incentivo ao agronegócio

■ Senador também cobra indicação de integrantes da CPI que investigará desvios no sistema agrário do país

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem em Plenário duas proposições destinadas a impulsionar o agronegócio no país. Um dos projetos (PLS nº 360/2003) determina a criação de fundos para captação de recursos estrangeiros por cooperativas de crédito e empresas brasileiras do setor, por meio da colocação de títulos de médio e longo prazos no mercado internacional. O outro (PLS nº 369/2003) regula a introdução de títulos da dívida dos agronegócios no mercado financeiro nacional. As duas matérias serão votadas em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



**FUNDOS** Alvaro Dias sugere mecanismos de captação de recursos por cooperativa rural

O anúncio das propostas foi acompanhado por discurso do senador sobre a situação agrária do país. Alvaro Dias comentou a morte de um líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em confronto com seguranças de uma fazenda no interior do Paraná.

– Não desejo que isso pros-

pere no meu estado – disse.

O senador alertou para o risco de "insubordinação e desordem" no interior do país e para o descumprimento de ordens judiciais, fatores que reforçariam a violência. Alvaro Dias apelou ao PT e a seus aliados para que indiquem os integrantes da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar desvios no sistema agrário.

Em aparte, Ana Júlia Carepa (PT-PA) condicionou o apoio de seu partido à CPI à investigação não só de excessos atribuídos ao MST mas, também, da atuação de grileiros e da falta de estrutura em assentamentos realizados no governo passado. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou o papel do Congresso como catalisador de um entendimento no campo. Duciomar Costa (PTB-PA) disse que pretende levar ao colegiado denúncias de irregularidades na apropriação de terras em seu estado pela União.

## Capiberibe denuncia violência no campo e pede urgência na reforma agrária

O assassinato de um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Paulo Sérgio Brasil, em confronto com seguranças da Fazenda Coqueiro, localizada no município de Foz do Jordão (PR), levou o senador João Capiberibe (PSB-AP) a clamar pelo fim da impunidade no campo. Após informar que 300 pessoas foram mortas, entre 1995 e 2003, em conflitos agrários, o parlamentar apelou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que o governo trate com igualdade pobres e ricos no campo.

– Não podemos continuar aceitando esse tipo de incidente em pleno século 21 – decla-



**IMPUNIDADE** "Matança de pobres" evidencia desigualdade, lamenta João Capiberibe

rou o senador.

Do saldo de mortes associadas a conflitos de terra nos últimos oito anos, Capiberibe observou que só cinco foram apuradas, e os criminosos julgados e condenados. No seu

ponto de vista, a "matança de pobres" no país evidencia a tragédia que é a impunidade.

– Como pode a sociedade prosperar diante da desigualdade? – indagou.

Diante do aumento dos números de casos de violência no campo, o senador pelo Amapá disse que é fundamental que o país avance na implementação da reforma agrária. De janeiro a setembro deste ano, 20 assassinatos já foram registrados em áreas rurais. Na sua opinião, a matança de pobres já faz parte da história do país. Se hoje se matam trabalhadores rurais, no passado essa prática se abateu sobre índios e negros, assinalou Capiberibe.



**PREVENÇÃO** Para Tourinho, blecaute na Inglaterra e nos EUA "é um alerta ao Brasil"

## Tourinho quer investimentos no setor elétrico

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou em discurso que o mais recente blecaute que foi notícia no mundo, ocorrido na Grã-Bretanha, "é um alerta ao Brasil" para que o país adote medidas que evitem o desabastecimento de eletricidade no futuro.

– A hora de evitar os problemas do futuro é agora, pois estamos em plena discussão do novo modelo do setor elétrico no país. O Brasil precisa atrair investimentos de R\$ 15 bilhões por ano para suas necessidades de distribuição, transmissão e geração de aproximadamente 3.000 Mw – observou.

Tourinho recomendou que os brasileiros repensem o papel do Estado no setor elétrico, visto que a iniciativa privada não cumpriu a função que lhe era reservada no modelo anterior.

– Precisamos construir um marco regulatório claro e consistente – insistiu.

### Semelhança

Ao avaliar o blecaute que afetou os Estados Unidos em agosto, Tourinho informou que o Brasil enfrentou problema semelhante em 1999, quando um raio atingiu a subestação de Bauru (SP). Depois disso, foram instalados equipamentos para evitar que uma sobrecarga desligue em cadeia um sistema interligado de energia. No entanto, conforme o senador, é preciso continuar com os investimentos.



## Teotônio cobra socorro a alagoanos afetados pela seca

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) apelou ontem em Plenário em favor dos sertanejos de seu estado, que estão sofrendo com a seca. Ele reiterou o pedido feito na tribuna há 15 dias, quando solicitou que o governo federal socorra as pessoas que estão passando fome e sede no interior de Alagoas. De

acordo com o parlamentar, nada foi feito em favor dos alagoanos.

– A questão de Alagoas é um imperativo de humanidade. Há sertanejos com fome e sede. Não há providência alguma para que a alimentação chegue aos camponeses. Quando o presidente Lula assumiu, disse que trabalharia para que no

seu governo todos os trabalhadores comessem três vezes por dia. No sertão de Alagoas, milhares não estão fazendo sequer uma refeição ao dia – declarou.

Teotônio assinalou que os sertanejos "estão disputando a palma forrageira como única alimentação", explicando que se trata de um tipo de

cacto da caatinga. Segundo o senador, não houve safra nem seguro-safra para pequenos produtores, e há 32 municípios em situação de calamidade pública. Ele culpou a burocracia federal e criticou ainda o contingenciamento de recursos orçamentários pelo governo.

# CPI obtém mais documentos sobre movimentação de contas nos EUA

## Papaléo defende restrição ao porte de armas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou ontem para o aumento dos índices de violência e defendeu a aprovação de projeto que restringe o porte de armas de fogo, atualmente em tramitação na Câmara, além de meios mais eficientes de fiscalização e punição dos criminosos.

**Papaléo: crime tem impacto brutal na economia**

Papaléo disse que os governos federal e estaduais gastaram em 2002 cerca de R\$ 47 bilhões para combater a violência, enquanto empresas e cidadãos comuns gastaram outros R\$ 55 bilhões – o que atinge 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

– As questões ligadas à segurança pública, tanto no setor urbano quanto no rural, representam um impacto brutal na economia do país.



Roosevelt Pinheiro

Reunião da terça-feira traça estratégia para tentar acelerar o ritmo das investigações sobre caso Banestado

Ao fazer um relato da viagem que parlamentares da CPI do Banestado fizeram semana passada aos Estados Unidos, o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), destacou que, em contato com procuradores distritais de Nova York, foram obtidas mais de 300 caixas de documentos referentes à movimentação bancária da agência do Banestado em Nova York. Além de um CD contendo 85 mil operações financeiras, os documentos incluem, segundo o senador, passaportes, fotografias, CPFs e cédulas de identidade.



Mário Kallume

**INFORMAÇÕES** Antero (D) disse que CPI recebeu CD com 85 mil operações financeiras

– Todos os documentos que a CPI dispunha reunidos pelo Banco Itaú, referentes ao caso Banestado, cabiam em sete caixas – comparou Antero Paes de Barros.

Em Washington, primeiro destino da comitiva integrada pelos senadores Antero de Barros e Magno Malta (PL-ES) e pelos deputados José Mentor

(PT-SP), Dr. Hélio (PDT-SP) e Rodrigo Maia (PFL-RJ), a CPI obteve uma relação contendo mais de 200 nomes de brasileiros que detêm imóveis nos Estados Unidos não declarados à Receita Federal brasileira, o que se caracteriza irregularidade tributária.

Para fazer um cruzamento com a remessa ilegal de dinheiro via contas CC-5, a CPI aprovou requerimento assinado por Antero e pelo relator da CPI, José Mentor, no sentido de que a Receita disponibilize a relação de todos os brasileiros que detêm imóveis em território norte-americano, inclusive os que estão em situação regular perante o fisco. Também foi aprovado o convite para que o chefe da unidade de investigações de crimes financeiros de Nova York, Jonathan Washburn, deponha na CPI. Ele é um dos americanos que está auxiliando às investigações.

O senador Antero Paes de Barros marcou uma nova reunião da CPI do Banestado para a próxima terça-feira, às 11h. Na ocasião, será apresentado um roteiro para que a comissão parlamentar de inquérito possa acelerar o ritmo das investigações. Também deverão ser votados vários requerimentos dos parlamentares.

Membros da CPI comentaram a reportagem da revista *IstoÉ* desta semana, denunciando o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima de tentar atrasar o andamento das investigações sobre o caso. Segundo a revista – versão confirmada pelo presidente Antero Paes de Barros –, durante a viagem da CPI aos EUA Santos Lima tentou impedir que a CPI recebesse a quebra de sigilo de várias contas, alegando que só ao Ministério Público caberia tomar medidas legais sobre o caso.

## Senado decide votar MP na terça-feira

A medida provisória que estabelece regras para o reajuste dos preços dos medicamentos será votada na próxima terça-feira. Ainda não houve acordo entre os partidos para a votação do projeto de lei de conversão (PLV nº 23/2003) à medida provisória que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), além de definir normas para o setor farmacêutico. Enquanto isso, continuam aguardando análise outras quatro matérias.

A medida provisória que cria a Câmara de Medicamentos estabelece que o reajuste dos preços dos remédios em março de 2004 será baseado no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aplicado sobre os preços praticados em 31 de agosto de 2003. Para os anos seguintes, o ajuste será baseado em um modelo de teto de preços.

O relator da medida na Câmara é o deputado Eduardo Campos (PSB-PE).



Célio Azevedo

**EXPLORAÇÃO SEXUAL** Valter Mafra (D) depõe à CPI e revela como agiam aliciadores de Porto Ferreira (SP)

## Garçom revela esquema de aliciamento

O garçom e suplente de vereador de Porto Ferreira (SP), Valter Mafra, assumiu ontem, na CPI Mista da Exploração Sexual, que ajudou a aliciar cerca de dez meninas e adolescentes da cidade para participação em orgias sexuais. Ele também admitiu sua participação nos eventos e apontou o envolvimento de empresários e vereadores, inclusive do presidente da Câmara de Vereadores, Luis César Lanzoni (PTB), e de funcionários da prefeitura.

Mafra, que já depôs em juízo, concordou em revelar à CPI detalhes das operações, inclusive fornecendo nomes dos demais exploradores. A presiden-

te da comissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que o acusado está, perante a Justiça, na condição de réu colaborador, em virtude de sua disposição em auxiliar as investigações.

Segundo o depoente, os eventos de exploração sexual aconteceram a partir de churrascos que promovia em sítios e chácaras da região. Ele contou que, no começo, duas menores foram levadas ao local da festa pelo proprietário de uma cerâmica da cidade, Nelson Damanda, que também praticou sexo com as meninas.

O acusado negou ser o líder do esquema, mas admitiu que

recolhia dinheiro dos participantes para pagamento das despesas com o churrasco, as bebidas, o aluguel dos sítios e o transporte das meninas – realizado por mototáxi ou com veículo oficial da prefeitura. As meninas eram buscadas perto da escola e recebiam pela prática de sexo com os adultos de R\$ 30 a R\$ 50.

No total, disse o acusado, foram realizados cerca de 15 churrascos e feijoadas, quando foram tiradas fotos das meninas nuas. Outros homens, das cidades de Santa Rita do Passa Quatro, Limeira e Americana (todas em São Paulo), também teriam participado das orgias.

## Crivella pede que STJ mantenha Beira-Mar em SP

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um apelo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que revogue a decisão da Justiça de São Paulo que autorizou a volta do traficante Fernando Beira-Mar ao Rio de Janeiro. Ontem, o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio Vicente da Costa Filho, entrou com recurso no STJ pedindo a revisão da decisão, o que deverá ocorrer hoje.

Ele argumentou que não há condições de o criminoso retornar ao presídio de Bangu I, onde causou graves tumultos no ano passado. Para Crivella, Beira-Mar deve ficar em um presídio em qualquer estado, menos no Rio.



Roosevelt Pinheiro

**Crivella: não há condições para a volta de Beira-Mar**

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Papaléo Paes, João Capiberibe e Leonel Pavan